

As várias manifestações do Islamismo na Europa

Sandra Liliana Costa

O Islão na Europa

Actualmente, vivem na Europa cerca de 20 milhões de pessoas que professam o Islão (sem considerar a população russa da Europa). Este número é apenas uma estimativa já que é impossível, estatisticamente, confirmar a número exacto de Muçulmanos em território europeu, por motivos óbvios. No entanto, é legítimo afirmar que a população muçulmana europeia está a crescer rapidamente e, atendendo à média de idade, é mais jovem do que a restante população europeia.

Com o aumento da população muçulmana, fruto das migrações, nascimentos e chegada de refugiados políticos, o discurso e percepção geral deixou de se focar tanto na raça e etnia para se focar na religião e no Islão. O Ocidente - e aqui a comunicação social desempenha um papel preponderante - tende a representar os Muçulmanos como um grupo homogéneo, unificado e radical. A realidade é bastante diferente: os Muçulmanos na Europa constituem um grupo muito diverso a nível religioso, cultural, étnico e nacional, e a sua identidade de grupo varia de país para país europeu.

Para compreendermos efectivamente as comunidades muçulmanas na Europa é necessário começar por distinguir entre as "antigas" comunidades e os "novos" muçulmanos na Europa. Passo a explicar:

- Quando nos referimos às ditas "antigas" comunidades muçulmanas falamos nas populações muçulmanas existentes nos Balcãs e nos Estados do Báltico (ou seja, na Europa de Leste), em consequência da retirada otomana, no primeiro caso, e russa, no segundo. Estima-se que estas comunidades sejam compostas por cerca de 7,5 milhões de pessoas, dispersas por países como a Albânia, Bósnia, Kosovo, Macedónia, Bulgária, Sérvia, Montenegro e Grécia; Finlândia, Estónia, Lituânia, Letónia e Polónia.

- As "novas" comunidades muçulmanas, existentes na parte ocidental da Europa, resultam dos fluxos migratórios do pós-guerra, da chegada de refugiados ao continente, dos pedidos de asilo político e do

crescimento natural (nascimentos) destas comunidades. Este grupo deverá ser composta por cerca de 13,2 milhões de pessoas, provenientes, sobretudo, da Turquia, países do Magrebe (Marrocos, Argélia, Tunísia) e do sul da Ásia (Paquistão, Índia e Bangladesh). Os principais recipientes deste conjunto de imigrantes são países como a Alemanha (Turquia), França, Bélgica, Holanda (no caso dos Magrebinos), Grã-Bretanha (Sul da Ásia) e, mais recentemente, Itália, Espanha e até Portugal (países que têm constituído importantes destinos dos novos fluxos migratórios durante a década de 1990). Assim, a presença do Islão na Europa ocidental é, sobretudo, consequência de fluxos migratórios com início na década de 1960 em países pertencentes a antigos impérios coloniais. Estes fluxos vinham dar resposta à necessidade de mão-de-obra nos países receptores.

Ainda no interior deste grupo de imigrantes muçulmanos podemos distinguir entre a primeira geração – os que chegaram à Europa primeiro, a partir da década de 1960 – e os de segunda e terceira geração, ou seja, os descendentes daqueles. Esta diferenciação permite-nos obter um quadro ainda mais diversificado do Islão na Europa, descrevendo não tanto um facto demográfico, mas sobretudo uma alteração de estratégia e aspecto no que toca, por exemplo, à participação política e defesa da integração na sociedade europeia. Existem países onde encontramos apenas imigrantes de primeira geração, como é o caso de Portugal, Espanha e Itália. Tal acontece, porque até há pouco tempo estes mesmos países eram fornecedores de mão-de-obra imigrante ao norte da Europa e só muito recentemente começaram a ter alguma atractividade para imigrantes provenientes de fora da Europa. Em países como a Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica e Holanda encontramos já imigrantes de religião islâmica de segunda e terceira geração, descendentes dos que ali se estabeleceram há 40 anos atrás em busca de trabalho e melhores condições de vida ou como refugiados políticos.

Até ao início da década de 1980, a presença destas comunidades não era particularmente visível e, por norma, as autoridades nacionais tendiam a considerar estes indivíduos como imigrantes temporários (tal como consideravam os Portugueses, Espanhóis e Italianos). Só após essa data, quando o processo de reunificação familiar em solo europeu era já

uma realidade, como se constata pelos nascimentos no seio das comunidades, é que as autoridades tomaram consciência da necessidade de alterar as suas políticas públicas relativas à diversidade religiosa (e ao Islão, em particular), de modo a incluir estas comunidades e combater eventuais discriminações. Entretanto, o Islão entrou no debate no final dessa década e início da década de 1990.

Com o regresso da religião e da identidade religiosa ao espaço público nos últimos anos, algumas minorias têm expressado o desejo de serem identificadas com referência ao elemento religioso em detrimento do elemento étnico. Muitos grupos muçulmanos em países europeus têm pressionado no sentido de terem direito ao reconhecimento comunal (nas palavras de Olivier Roy, de serem identificados como "faith communities").

A institucionalização do Islão na Europa e a mobilização política dos Muçulmanos europeus

O Islão na Europa e a sua institucionalização tem sofrido a influência de três actores distintos, dois externos, e um terceiro interno.

Desde a chegada das primeiras populações muçulmanas à Europa que aquelas se viram, com frequência, alvo das atenções dos governos e das representações diplomáticas dos seus países de origem. Durante as décadas de 1970 e 80, países como a Argélia, Marrocos, Turquia e Arábia Saudita, organizavam actividades religiosas e culturais, financiavam a construção de mesquitas, patrocinavam a criação de instituições islâmicas, enviavam imãs e custeavam as suas actividades, promoviam cursos de línguas e o ensino do Alcorão para os Muçulmanos imigrantes na Europa que promovessem a mesma linha da versão oficial do Islão que esses Estados apoiam. Estes países tentam utilizar e instrumentalizar os seus cidadãos a residirem na Europa, com dois objectivos: influenciarem a política externa dos países de acolhimento europeus em proveito próprio e desenvolver oportunidades para influenciarem a formulação de políticas afectando os Muçulmanos na Europa.

França é, com efeito, o país onde esta tendência é mais visível. Assim, Marrocos e Argélia tentam controlar as organizações

representativas dos Muçulmanos em França, ao tentarem “colocar” os seus nacionais na liderança dessas instituições, assegurando assim uma proeminência nacional entre a população muçulmana. Quando, em 2003, Nicolas Sarkozy, ainda ministro do Interior, estabeleceu o Conselho Francês de Culto Muçulmano, Marrocos e Argélia esforçaram-se, através das suas embaixadas, por controlar o processo de voto durante a eleição dos líderes muçulmanos para aquela instituição, mobilizando votos para as suas associações. O objectivo era assegurar uma maioria política nacional naquela. Marrocos tenta igualmente influenciar as suas relações com Espanha através dos seus cidadãos a viverem naquele país.

Por outro lado, a diáspora turca na Europa tem desempenhado um importante papel como grupo de *lobby* na defesa da adesão da Turquia à EU.

Posteriormente, assistiu-se à competição entre movimentos islâmicos transnacionais – políticos ou apolíticos - para tentarem captar as simpatias dos Muçulmanos na Europa. Entre estes, contam-se os *Tablighi Jamaat*, diversos movimentos salafistas, o Wahhabismo da Arábia Saudita e a Irmandade Muçulmana, através de uma elite islamista proveniente do Médio Oriente e Norte de África que se encontra exilada em vários países da Europa.

Quer os governos dos países de origem, quer estes grupos rivalizavam entre si para influenciarem a paisagem normativa e ideológica do Islão na Europa. Por outro lado, os governos europeus, tendo como objectivo o estabelecimento de uma boa relação e a resposta às necessidades das populações muçulmanas, favoreceram o estabelecimento de instituições muçulmanas que pudessem representar os Muçulmanos junto das autoridades nacionais. Estas estruturas estão, idealmente, livres de quaisquer constrangimentos étnicos ou culturais e deverão ter uma atitude pragmática, adaptando a voz muçulmana à realidade europeia e aos assuntos nacionais. Os Estados favorecem organizações modeladas a partir das associações ou conselhos de outros grupos religiosos pré-existentes ou uma organização que agrupasse as diversas associações representativas de muçulmanos existentes a nível nacional. Assim, desde o final da década de 1990 tem-se assistido a um processo de institucionalização “formal” do Islão (uma institucionalização

“informal” vinha tendo lugar há já bastante tempo, com a fundação de mesquitas, associações e escolas islâmicas), com frequência através da intervenção directa dos governos europeus, e normalmente entendido como a integração da religião muçulmana nas instituições dos países europeus. O estabelecimento de organizações representativas dos Muçulmanos tem o objectivo declarado de as tornarem interlocutores oficiais, representando as comunidades muçulmanas, funcionando como órgãos de consulta sempre que for necessário e servindo de pontes de diálogo entre os seus elementos e o Estado.

Nos últimos anos, a tentativa de criação de um Islão europeu, cujas características principais seriam a moderação e a tolerância, tem vários motivos na sua base, nomeadamente razões securitárias (a contenção de uma suposta ameaça radical e terrorista, real ou imaginária), o reconhecimento da permanência das populações imigrantes muçulmanas, a competição com estruturas cuja ideologia sejam inspiradas por movimentos islamistas internacionais ou adeptos do Salafismo e a emergência do Islão como uma das mais importantes religiões na Europa. De igual modo, existia um desejo de prevenir um “choque de civilizações” no seio do continente, e manter aquelas organizações sob controlo. Nas palavras de Sara Silvestri, assiste-se, assim, a um “processo que visa *domesticar* ou *normalizar* uma versão europeia do Islão, a qual é formado em torno da ideia de que deveria ser apoiada uma forma de Islão moderada, de modo a ser justo para com as minorias muçulmanas (no que toca aos princípios da liberdade de religião e à não discriminação), mas também eliminar a radicalização.”

Por seu lado, os Muçulmanos na Europa ocidental aceitaram estas estratégias, em busca de respeito e procurando retirar benefícios legais e financeiros à semelhança do que sucede com outros credos institucionalizados em solo europeu. Apesar de existir um interesse genuíno em manter boas relações com os Estados por parte de muitos grupos e indivíduos muçulmanos na Europa, o processo descrito constitui, essencialmente, uma dinâmica dirigida pelos Estados. No entanto, deve ser tido em conta que os Estados procuram, efectivamente, dar uma resposta às necessidades dos Muçulmanos e evitar atitudes discriminatórias, existindo uma preferência pelo diálogo com grupos

formais organizados em vez de indivíduos singulares.

Esta tentativa de "intromissão" no processo de institucionalização e nos debates internos das minorias muçulmanas por parte dos Estados europeus é ainda mais surpreendente se atendermos à centenária separação entre o Estado e a religião, o público e o privado, em território europeu. Assim, os governos europeus têm sido acusados, não raras vezes, de tentarem criar um Islão "artificial" que se ajuste aos padrões das relações Igreja - Estado. No interior das comunidades muçulmanas espalhadas pelas várias cidades europeias, as instituições que sofrem influência ou são financiadas pelos Estados europeus são, muitas vezes, olhadas com desconfiança e carecem de falta de legitimidades junto daquelas.

Com efeito, a mobilização política dos Muçulmanos na esfera pública europeia é marcada por todas as forças mencionadas, bem como outras, as quais competem entre si: o "Islão dos Estados"; movimentos transnacionais, nomeadamente as redes islamistas na diáspora; os Estados europeus; e, mais recentemente, grupos e organizações mais informais e com um carácter mais local/comunitário, não identificado com qualquer linha política ou sectária tradicional, como por exemplo, o Hamburg Shura ou o Islamische Föderation Berlin (IFB). Com algumas excepções, esta mobilização teve origem na década de 1970, coincidindo com o estabelecimento de locais de culto e associações religiosas, culturais e educacionais. Com frequência, as mesquitas e centros culturais eram estabelecidos ou controlados por Estados muçulmanos ou redes transnacionais, como a Irmandade Muçulmana e a *Jamaat-i-Islami*.

O activismo por parte dos Muçulmanos tomou um rumo mais independente e uma natureza mais política com a polémica em torno de Salman Rushdie, no Reino Unido, e o debate sobre o véu islâmico, em França, ambos em 1989. Durante a década de 1990, assistiu-se à intensificação desta tendência, a que não é alheio o conflito no Golfo, em 1991, nem a crescente democratização no acesso às novas tecnologias de comunicação e informação. O início do novo século foi marcado pelo crescimento e diversificação da mobilização muçulmana em solo europeu. Tal é consequência do estabelecimento gradual de Muçulmanos neste

território, primeiro como residentes de longa-duração e depois como cidadãos.

Ainda durante a década de 1990, assistiu-se ao surgimento de outro tipo de instituições no seio das diversas comunidades muçulmanas. Algumas destas estão vocacionadas para fornecer aconselhamento e serviços sociais, enquanto outras são redes profissionais, grupos de defesa de interesses e grupos de comunicação social. Enquanto o *civil engagement* por parte dos Muçulmanos crescia, com os Muçulmanos a vocalizarem as suas necessidades em termos de práticas e educação religiosa, discriminação e liberdade no espaço público, o “Islão dos Estados” perdia influência.

Na base deste envolvimento na criação de uma política identitária e na construção de instituições, por parte dos Muçulmanos, encontramos diversas motivações. Por exemplo, poderá existir um desejo real de dar voz e melhorar a condição dos Muçulmanos, a par de um interesse pessoal e oportunismo político. Por outro lado, a mobilização entre os Muçulmanos acontece, muitas vezes, como reacção à atitude de um país relativamente à religião e secularismo, bem como às suas políticas externas e internas.

Foi precisamente perante esta nova realidade, que os Estados europeus se viram na necessidade de repensarem a sua relação com esta crescente minoria religiosa ou, em alternativa, favorecerem a criação de instituições muçulmanas que aglutinassem todas as sensibilidades político-religiosas no interior de um país. Contudo, a sistematização da participação política muçulmana através da criação de corpos representativos dos Muçulmanos deve ser conduzida com cautela. Existe o medo que a livre expressão de opiniões passe a estar limitada àquele organismo e que os seus líderes não sejam verdadeiramente representativos da comunidade. Com efeito, os organismos de consulta promovidos pelos Estados existentes em países como o Reino Unido, França e Bélgica passaram por crises de legitimidade, períodos de confrontos e forte criticismo por parte da própria comunidade. Sendo o Islão na Europa uma entidade plural, composto por uma variedade complexa de interpretações e influenciado por diversos movimentos, existe a possibilidade real de ocorrerem desacordos entre os actores

Muçulmanos. Daí que, frequentemente, os Muçulmanos escolham expressar-se através de várias instituições e se dividam em diferentes correntes.

Por outro lado, não devemos cair na tentação de afirmar que os Muçulmanos na Europa precisam de instituições expressamente “muçulmanas” para se tornarem cidadãos activos ou para expressarem as suas preocupações ou opiniões políticas. Embora alguns possam escolher canais muçulmanos para se expressarem, não é certo que todos aqueles que partilham da fé islâmica o farão. Muitos são aqueles que escolhem envolver-se na vida política, através da adesão a partidos que participam no sistema político nacional. Para uma análise correcta das atitudes muçulmanas relativamente à participação política e padrões de mobilização no espaço público, aqueles devem ser tratados como indivíduos comuns, já que não estamos perante uma nova categoria sócio-política quando falamos de Muçulmanos.

O(s) Islamismo(s) na Europa

A Europa conta com a presença no seu território de uma vasta variedade de movimentos islâmicos. Esta variedade é ainda mais acentuada do que na maioria dos países muçulmanos, onde os regimes vigentes recorrem à repressão como modo de abafar qualquer tipo de oposição ao seu poder e onde existe um défice elevado de liberdade de expressão. Em solo europeu, não existindo tais restrições ao envolvimento activo em questões políticas, nem à condenação pública aos seus governos, estes movimentos mobilizaram-se, primeiro, actuando em prol da criação de verdadeiros Estados islâmicos no mundo muçulmano e apoiando as lutas das organizações nos seus países de origem; posteriormente, na defesa dos interesses dos Muçulmanos europeus, com vista ao reconhecimento do Islão ou dos porta-vozes destacados para lidar com os Estados europeus.

Não tendo o exclusivo da mobilização política em nome da defesa dos interesses dos Muçulmanos, os actores islamistas mobilizados em torno dos interesses do Islão político na Europa são muito diversos entre si, como se pode verificar pelo recurso a diferentes métodos para

desafiar os discursos e políticas públicas que afectam a vida dos Muçulmanos em território europeu.

Os adeptos da utilização do Islão para justificar acções políticas estão presentes na Europa, pelo menos, desde há 40-20 anos, embora esta realidade não seja ainda totalmente conhecida dos legisladores, a nível europeu, nacional ou local. De um modo geral, estes movimentos adquirem visibilidade, sobretudo, em duas situações: quando as autoridades são obrigadas a lidar com as diferentes crises que emergem no espaço público, como por exemplo, o debate sobre a utilização do véu feminino ("affair du foulard"), a crise gerada após a publicação dos *Versículos Satânicos* por Salman Rushdie ou a controvérsia em torno dos *cartoons* dinamarqueses; e quando os Muçulmanos europeus reagem a acontecimentos internacionais, como o conflito Israelo-Árabe ou, mais recentemente, a invasão e guerra no Iraque. Estas crises, bem como quase todos os problemas sociais envolvendo as comunidades muçulmanas residentes na Europa, acabam por ser enquadradas no âmbito do Islão e, como tal, nasce a ideia de uma "crise do Islão", a qual requereria políticas drásticas.

Actualmente, o Islão político e militante representa uma minoria entre os Muçulmanos da Europa, embora a sua capacidade de mobilização e difusão das suas ideias sobre a defesa do Islão ultrapasse o seu círculo de militantes. Muitas daquelas organizações foram capazes de canalizar os sentimentos de alienação e falta de pertença existentes entre determinados elementos das comunidades islâmicas europeias para forjar uma nova consciência islâmica. Em consequência deste activismo e dos recursos financeiros disponíveis aumentaram significativamente o número de mesquitas e centros islâmicos por toda a Europa. Porém, não deve ser esquecido que muitos destes locais de culto e centros não estavam vinculadas a nenhum Estado ou visões ideológicas específicas, tendo apenas como objectivo fazer respeitar os direitos religiosos dos Muçulmanos residentes nos países europeus e representa-los junto da sociedade e Estado de acolhimento.

A necessidade de existirem interlocutores (de preferência, um único) dos Muçulmanos junto das autoridades de cada país parece ter sido aproveitado por alguns movimentos para consolidarem as suas

posições no interior de cada Estado europeu (embora muitos, sendo defensores de medidas e valores conservadores, não estejam ligados a grupos activistas).

A paisagem islamista na Europa é composta por uma variedade de movimentos e grupos, os quais têm modos de actuação distintos, objectivos definidos e actores próprios:

- movimentos ligados ao Islamismo político, os quais adoptam métodos de acção e estratégias políticas. Entre os movimentos mais activos e com uma evolução mais significativa na esfera do Islamismo político destacam-se os vários elementos islamistas oriundos do mundo muçulmano que procuraram refúgio na Europa, a UIOE (União das Organizações Islâmicas da Europa), a Irmandade Muçulmana, o *Milli Görüs*, elementos ligados ao Sufismo político, como por exemplo, o movimento Ahabash libanês;

- os islamistas missionários ou apolíticos, os quais se dedicam sobretudo a actividades missionárias e de pregação, como o *Tabligh Jamaat* e alguns movimentos salafitas;

- podemos ainda falar da existência de um Islamismo radical e *jihadista* em solo europeu, devido à existência de células e grupos defensores de um Islamismo mais literalista, nomeadamente da obrigação da *jihad*.

Durante muitos anos, algumas destas figuras utilizaram o território europeu para lutar contra os regimes dos seus países de origem, ao mesmo tempo que lançavam as sementes do Islamismo no continente e se assumiam como guias de uma nova geração. A Europa viu-se, assim, na encruzilhada de várias correntes de pensamento islamistas, em resultado de vários factores: o dinheiro saudita que circulava pelo continente associado quer às correntes pietistas que diziam querer promover a fé islâmica, quer aos cérebros de vários tipos de organizações, tais como a Irmandade Muçulmana; a presença de muitos elementos pertencentes a movimentos de oposição islamista aos regimes nacionalistas seculares que se ergueram dos escombros da experiência colonial e que, a partir da Europa, continuavam os seus esforços de luta contra os seus governos e elites corruptas e ocidentalizadas, que nada tinham em comum com a maioria da população (a qual vivia em

condições precárias e tinham visto as suas expectativas políticas, económicas e sociais defraudadas pelos regimes no poder); outros Estados do Médio Oriente tentavam influenciar as comunidades muçulmanas na Europa, nomeadamente o Irão após 1989.

1) O Islamismo político

O Islamismo político refere-se aos movimentos activistas não violentos, com uma visão particular da política, um projecto político definido, organizados na forma de movimentos sociais ou partidos políticos, com actividades políticas e exigências específicas e actuando no quadro constitucional do Estado onde estão sediados. A primeira característica do Islamismo político na Europa é o pluralismo e diversidade dos seus movimentos. Inicialmente, esta tendência tinha fortes ligações aos activistas que vieram para a Europa nas décadas de 1960, 1970 e 1980, os quais fugiam dos regimes repressivos domésticos, e que assumiram naturalmente a liderança política muçulmana em solo europeu. A Europa, com as suas políticas de imigração liberais, representava um local seguro para continuarem a combater os regimes dos seus países de origem e a trabalharem em prol do estabelecimento de um Estado islâmico naqueles. A utilização da esfera pública europeia era instrumental, até à década de 1980, servindo para desafiar os regimes árabes e turcos considerados ditatoriais pelos islamistas. Os opositores islamistas europeus acreditavam que, após o derrube dos seus regimes e a liberalização política, regressariam aos seus países. De igual modo, aproveitavam para denunciar o imperialismo político, cultural e ético do Ocidente que submetia as sociedades muçulmanas. Por um lado, estes movimentos no exílio faziam uma leitura do Islão fundada na re-islamização das práticas sociais dos imigrantes, vistas como pervertidas pelas sociedades ocidentais. Por outro lado, era fundada na politização da religião, apresentada como um sistema holístico capaz de resolver todos os problemas políticos, sociais e económicos dos Muçulmanos.

Apesar disto, o discurso islamista teve uma influência marginal nas populações imigradas, tendo apenas chegado a determinados segmentos. Tal é explicado pelo facto destas populações estarem ligadas aos

consulados dos seus países de origem, os quais tomavam a seu cargo os assuntos religiosos. Além disso, estes imigrantes consideravam a sua presença na Europa como temporária, apenas tolerada pelas autoridades que não seriam benevolentes com qualquer tipo de acção política que pudesse perturbar a ordem pública.

Sem qualquer impacto em solo europeu, e perante o crescimento e estabelecimento definitivo das comunidades imigrantes muçulmanas na Europa a partir da década de 1990, estes movimentos mudaram de estratégia, abandonando o seu objectivo de estabelecerem Estados islâmicos nos países muçulmanos. Reconhecendo uma oportunidade de agirem na esfera europeia, os elementos destes movimentos renunciam eles próprios ao regresso aos seus países de origem. Começam a apresentarem-se como representantes dos Muçulmanos residentes na Europa nos sistemas políticos dos países europeus e defensores dos seus interesses e direitos sociais e culturais. Os discursos foram adaptados às sensibilidades políticas dos Muçulmanos nascidos já em solo europeu e o movimento apelava à integração dos Muçulmanos na paisagem política e social. Esta nova linha política muçulmana coloca ênfase na política nacional, na unidade dos Muçulmanos independentemente das diferenças étnicas e religiosas, e no facto de respeitarem as regras do discurso político nacional.

Nesta situação, vamos encontrar os grupos ligados à Irmandade Muçulmana organizados em torno da União das Organizações Islâmicas da Europa (UOIE), grupos inspirados ou ligados ao *Jamaat-i-Islami* paquistanês e o *Milli Görüs* turco, os quais começaram a agir como *lobbies* políticos na esfera pública da Europa.

Atendendo à evolução a que estiveram sujeitos, actualmente, estes movimentos islamistas de cariz político tendem a recorrer a formas de oposição política seculares. Os diversos actores islamistas políticos na Europa utilizam diferentes métodos para desafiar os discursos e políticas públicas que dão forma à vida dos Muçulmanos.

Devemos, no entanto, realçar que nem todos os refugiados políticos provenientes do Médio Oriente que encontraram asilo na Europa estavam ligados a movimentos islamistas: muitos eram dissidentes dos regimes e participavam em movimentos pró democracia. Aqui chegados

continuam a sua luta pela democratização dos seus países de origem, podendo posteriormente envolverem-se em actividades políticas nos seus países de acolhimento, nomeadamente aderindo a partidos existentes, quer do espectro da Esquerda, quer da Direita.

A partir da década de 1960 a Europa começa a receber inúmeros exilados provenientes de países do Médio Oriente e Norte de África. Considerando o grau de desenvolvimento dos movimentos islamistas do Egipto e da Síria e a natureza dos respectivos regimes, não é de estranhar que muitos dos partidários daquela ideologia que chegavam à Europa fossem provenientes daqueles países. Contudo, também chegavam de Marrocos, Tunísia, Argélia e Iraque. Estes chegavam na condição de refugiados políticos, os quais estavam sobretudo ligados aos diversos movimentos da Irmandade Muçulmana, ou estudantes que pretendiam prosseguir os seus estudos nas universidades europeias. Estes dois grupos sociais foram os responsáveis por fomentarem o estabelecimento de redes de mesquitas, centros de apoio e caridade e organizações islâmicas, as quais eram ramificações da Irmandade ou estavam ideologicamente ligadas àquela. Alguns deles são hoje os líderes políticos das comunidades muçulmanas. Entre os que cá chagaram, encontravam-se Saïd Ramadan, genro de Hassan Al-Banna e um dos líderes da Irmandade egípcia, o qual prosseguiu o seu activismo a partir de Genebra; e Issam al-Attar, o guia espiritual da Irmandade Síria, que se instalou em Aachen, na Alemanha, atraindo para aquela cidade numerosos islamistas sírios. Durante a década de 1970 a influência islamista na Europa continua a desenvolver-se em resposta às políticas dos regimes repressivos nos países muçulmanos.

Em França, estudantes e refugiados islamistas fundaram a Associação de Estudantes Islâmicos de França, em 1963, a qual funcionava como partido político, mas também como círculo de reunião de intelectuais provenientes do mundo árabe. Pessoas como Rachid Al-Ghannouchi, futuro fundador do partido islamista tunisino (*Mouvement de la Tendance Islamique*), Hassan al-Tourabi, islamista sudanês, e Ali Shariati, um dos estrategas da revolução iraniana, gravitavam em torno desta associação.

Em 1983, foi fundada a *Union des Organisations Islamiques de France* (UOIF), por um Marroquino e um Tunisino, aparentemente com fundos sauditas e de outros países do Golfo. Alguns dos seus fundadores estavam associados à Irmandade e pretendiam divulgar o Islão tal como era interpretado por aquela organização. Inicialmente não muito interessada na acção política em solo francês, a UOIF alterou a sua no final orientação da década de 1980, consciente da necessidade de basear a sua acção política em França. Este movimento entrou na cena política francesa como um movimento de protesto. Por exemplo, a UOIF apoiou as estudantes que em 1989 foram expulsas da escola por se recusarem tirar o lenço, tendo organizado manifestações e monopolizado a atenção da comunicação social. Do mesmo modo, tentaram banir a publicação dos "Versículos Satânicos" em França. A UOIF apregoa uma versão conservadora do Islão, enfatizando a aprendizagem da língua árabe e fazendo depender as suas acções das declarações dos clérigos sobre as regras da fé na sociedade contemporânea, embora a linguagem política sublinhe o compromisso e a coexistência.

Todos os anos, esta federação organiza uma reunião em Le Bourget, um subúrbio de Paris, onde durante quatro dias decorre uma conferência sobre o lugar do Islão na Europa, discutindo-se a compatibilidade entre as práticas religiosas com a realidade social e política da Europa. Este é a maior reunião organizada por uma associação islâmica a nível europeu, atraindo muçulmanos de toda a Europa, os quais têm ainda oportunidade não só de assistirem a discursos políticos e sermões religiosos, mas também de comprarem livros, assistirem a eventos musicais e gastronómicos.

Em Inglaterra, a Muslim Association of Britain (MAB), fundada por um Egípcio, em 1997, também está conotada com a Irmandade Muçulmana. Esta é uma das afiliadas do *Muslim Council of Britain*, tido como o representante nacional dos Muçulmanos britânicos. De acordo com algumas opiniões, a MAB é tido como um grupo de acção política trabalhando na defesa dos interesses árabe-muçulmanos e dominada por Árabes. Muitos acusam o grupo de ter ligações ao Hamas palestiniانو.

Em Itália, a *Unione delle Comunità ed Organizzazioni Islamiche in Italia* (UCOII) é influenciada pela ala mais moderada da Irmandade

Muçulmana, embora conte com elementos que, embora defendendo o respeito pelas leis do país, acreditam que o Islão se deveria desenvolver independentemente do Estado em Itália. Esta organização tem fortes ligações com mais de metade das mesquitas presentes no país, embora não exerça grande poder sobre aquelas.

Acredita-se que a Irmandade Muçulmana também influencia algumas associações de estudantes muçulmanos em universidades ocidentais. Considerando a dimensão da população muçulmana, parece natural que os principais centros de influência daquele movimento sejam o Reino Unido, França e Alemanha. Assim, a Irmandade Muçulmana acaba por influenciar o modo como o Islão é praticado em solo europeu, mas também o modo como ele é percebido por parte de governos e sociedade.

Um dado importante sobre a Irmandade Muçulmana é o facto de ter usufruído de avultados fundos sauditas, os quais foram utilizados para financiar as suas actividades e as suas obras de caridade pelo mundo fora. Aliás, os próprios Sauditas concederam posições importantes a elementos da Irmandade em muitas das suas organizações de caridade, incluindo as existentes na Europa. A relação entre ambas as correntes trazia benefícios mútuos: os Irmãos Muçulmanos colocavam o seu intelecto e excelentes capacidades organizacionais ao serviço dos Sauditas e estes retribuía com o seu dinheiro e poder.

Assim, a tolerância de que alguns elementos da Irmandade Muçulmana beneficiaram em solo europeu associado ao apoio financeiro proveniente do Golfo permitiu a este movimento disseminar a sua influência por toda a Europa e constituir tentáculos internacionais fora do mundo islâmico. No entanto, é importante realçar que, com frequência, as associações nacionais apoiam-se em organizações e países estrangeiros não tanto por fidelidade, mas sobretudo por razões financeiras e apoio institucional.

Perante os novos condicionalismos envolvendo a Europa e as próprias comunidades muçulmanas europeias, e com o abandono do "mito do regresso", após o início da década de 1990, assistimos a uma nova tendência no seio dos movimentos pertencentes à esfera da Irmandade Muçulmana. A União das Organizações Islâmicas da Europa

(UOIE) constitui uma estrutura supranacional fundada em 1997 por um grupo de refugiados políticos e estudantes islamistas do Norte de África e Médio Oriente. Inicialmente com sede em Markfield, no Reino Unido, esta foi transferida para Bruxelas. Desta diz-se sofrer a influência da Irmandade Muçulmana, agrupando cerca de 500 associações de toda a Europa, entre as quais a *Muslim Association of Britain* (MAB), a *Ligue des Musulmans de Suisse* (LMS), a *Islamische Gemeinschaft Deutschland* (IGD), a *Ligue Interculturelle Islamique de Belgique* (LIIB) e a *Unione delle Comunità ed Organizzazioni Islamiche in Italia* (UCOII). Em França existem cerca de 250 associações pertencentes à UOIE, as quais são controladas pela União das Organizações Islâmicas de França (UOIF).

A UOIE fundou ainda uma universidade - a *European Institute of Human Sciences* - em Paris, a qual é responsável pelo treino de imãs e líderes religiosos, bem como o *European Council for Fatwa and Research*, em Dublin. Este organismo junta teólogos de toda a Europa, e tem como objectivo a definição de normas religiosas no contexto europeu.

Actualmente, a UOIE, bem como a sua federação francesa e belga, abandonaram a postura reaccionária que os caracterizava durante a década de 1990. Estas participaram no processo de institucionalização do Islão naqueles países, envolvendo-se nos conselhos representativos dos Muçulmanos, e nas suas fileiras contam-se muitos jovens nascidos na Europa. Os seus métodos de intervenção são hoje mais consensuais, o que lhes permitiu apresentarem-se como interlocutores socialmente aceitáveis para as autoridades políticas.

É de realçar, contudo, que apesar da UOIE continuar a desempenhar um papel dominante na paisagem do Islão político, está actualmente a atravessar uma crise de legitimidade entre os muçulmanos mais jovens, sobretudo por evitar questões mais conflituosas, a que não é alheio a sua relação de clientelismo com alguns governos.

No caso do movimento criado por outro grande precursor do Islamismo, a *Jamaat-i-Islami*, este também tem ramificações na Europa. Durante as décadas de 1950 e 1960, com o estabelecimento de imigrantes indianos e paquistaneses no Reino Unido, alguns seguidores de Mawdudi fundaram a primeira organização ligada ideologicamente à *Jamaat-i-Islami*, nos finais da década de 1960: a *U.K. Islamic Mission*.

Esta tinha como objectivo provocar um novo despertar espiritual e construir uma sociedade baseada nos ideais, valores e princípios do Islão. Em 1973, aquela organização cederia lugar à *Islamic Foundation*, situada em Leicester, actualmente uma das maiores instituições de Estudos Islâmicos na Europa. Durante a crise despoletada pela publicação dos "Versículos Satânicos", de Salman Rushdie, esta fundação forjou laços estreitos com a Arábia Saudita, e ambas apelaram à mobilização dos Muçulmanos, procurando assumir a vanguarda da contestação que se gerou em torno daquela obra. No entanto, esse debate acabaria por ser liderado pelo regime iraniano, quando a 14 de Fevereiro de 1989, o *Ayatollah* Khomeini – desejoso por se vingar dos Sauditas pelo apoio destes ao Iraque, durante o conflito que opôs os dois países –, emitiu uma *fatwa* condenando o escritor britânico à morte. A rivalidade entre os dois regimes do Golfo passaria também a ter como palco a Europa!

Outra importante organização internacional de tendência islamista com presença na Europa é o *Milli Görüs*. Em 1971, o Tribunal Constitucional turco lançou na ilegalidade o partido islamista Refah, o que levou alguns dos seus apoiantes a formarem o movimento *Milli Görüs*. Este constitui um movimento político-religioso associado com a tendência do partido de Necmettin Erbakan, fundado em 1973, na Alemanha, tendo a sua sede em Colónia. Este movimento atrai principalmente membros europeus da diáspora turca, estando presente em todos os países onde existe população daquela origem: da Alemanha e França rapidamente se expandiu para países como a Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suíça e Áustria. No entanto, o movimento define-se como religioso, e não nacional. Os seus aderentes na Europa referem-se a si próprios não com Turcos, mas como "Muçulmanos de origem turca". O *Milli Görüs* engloba cerca de trinta associações na Europa, possui uma rede alargada de mesquitas, tem estruturas islamistas (grupos juvenis, femininos e estudantis) e conta com cerca de 252 mil membros, o que a torna a maior organização de tendência islamista na Europa.

O *Milli Görüs* organiza actividades religiosas e sociais, oferecendo representação política e religiosa à comunidade turca europeia, constituída por cerca de quatro milhões de pessoas. Assim, este movimento compete com o *Diyanet* (ou DITIB, Türkisch-Islamische Union

der Anstalt für Religion, como é conhecido na Alemanha), organismo representativo do Islão oficial do Ministro dos Assuntos Religiosos turco, e responsável por lidar com os assuntos religiosos da comunidade turca, nomeando imãs, organizando escolas corânicas, etc. Enquanto o *Diyanet* se opõe à criação de um Islão indígena em países como a Bélgica, o *Milli Görüs* considera que é através deste Islão que pode aumentar as oportunidades de se tornar mais activo na comunidade muçulmana e junto dos Estados europeus. Por outro lado, não devemos ignorar que este movimento necessita de apoio financeiro, nomeadamente da parte dos Estados europeus. O *Milli Görüs* mantém uma boa relação com a UOIE, como constitui prova a organização de eventos comuns.

Inicialmente muito influenciada pela sua herança islamista e nacionalista, em meados da década de 1990, esta organização foi obrigada a reposicionar-se, de modo a atrair as gerações mais jovens de turcos nascidos na Europa. Deste modo, também o *Milli Görüs* começou a basear o seu discurso na necessidade das populações muçulmanas se integrarem na sociedade europeia. De igual modo, modernizaram o seu modo de acção (antes orientada apenas para o activismo político) para alargarem a sua influência na Europa, militando pela defesa e integração dos Muçulmanos na Europa. Hoje, possuem bancos islâmicos, marcas de roupas, estações de rádio e revistas em todo o continente. Actualmente, assiste-se a uma aproximação entre o *Milli Görüs* e o *Diyanet* (especialmente notada a nível das bases), podendo para tal ter contribuído a eleição de Recep Tayyip Erdogan, do Partido da Justiça e Desenvolvimento, sucessor do partido islamista Refah, em Novembro de 2002.

É ainda possível identificar ramos do *Mouvement de la Tendance Islamique* em França, estabelecido durante a década de 1980 (o seu líder vive actualmente no Reino Unido), e islamistas argelinos que fugiram para a Europa (França, Suíça, Bélgica e Alemanha) após a interrupção do processo eleitoral de 1991. Em França, estes formaram a *Fraternité Algérienne de France*, organismo que tinha como objectivo a representação do FIS (*Front Islamique du Salut*) naquele país.

Relativamente aos movimentos sufis de tendência política existentes na Europa, estes continuam a manter fortes ligações aos seus

países de origem, sendo controlados pelas estruturas sufis naqueles e lutando pela conquista de poder. Embora o Sufismo seja, com frequência, considerado a antítese do Islamismo político, com a procura de uma religiosidade pacífica, apolítica e tolerante, ambos os movimentos adoptaram uma crescente postura política na Europa, actuando como uma alternativa à UOIE, a quem criticam por supostamente colaborarem muito intimamente com processos governativos. Assim, ao contrário da percepção geral e da imagem que estes se esforçam por passar, alguns movimentos na esfera do Sufismo, nomeadamente as associações *Participation and Muslim Spirituality* (PSM), o qual apela, sobretudo, às comunidades marroquinas, e o movimento *Ahbash* libanês que atrai seguidores de diferentes meios, desempenham um importante papel na esfera política através das irmandades sufis. Por jogarem a carta da oposição ao Islamismo, esperando com tal acção retirar dividendos, acredita-se que após 11 de Setembro de 2001, os Americanos começaram a financiar diversos grupos sufis, por exemplo em Marrocos, como contra-poder aos Islamistas e para conter a difusão de ideais islamistas. Estas Irmandades são vistas com alguma desconfiança entre alguns sectores da população, precisamente por não serem considerados completamente apolíticos.

Nos últimos anos, estes movimentos têm ganho alguma importância no palco europeu, beneficiando da sua visibilidade menos problemática. No entanto, estes reclamam direitos específicos, têm o seu próprio projecto de sociedade e os seus inimigos bem definidos.

Um dos grupos neo-sufis mais importante na Europa é o *Participation et Spiritualité Musulmane* (PSM), estabelecido no ano 2000, o qual utiliza métodos de mobilização inspirados pelo Islamismo político, mas reclama uma orientação sufi. Este movimento é um derivado do movimento marroquino, *Justice and Spirituality Movement* (JSM), fundado em 1987 pelo Sheikh Abdessalam Yassine, um erudito carismático venerado pelos seus seguidores. Este movimento ilegal, mas tolerado, apresenta simultaneamente características sufis e islamistas. Yassine considera a modernidade e a cultura globalizada superficial, acreditando no declínio do Ocidente, na inevitabilidade do triunfo do Islão e na necessidade dos Muçulmanos trabalharem em prol daquela. Para

apresentar as suas ideias, Yassine recorre à própria auto-crítica do Ocidente à semelhança do que fazem Hassan al-Tourabi e Rachid Al-Ghannouchi. Esta abordagem apela especialmente àqueles Muçulmanos mais familiarizados com a filosofia ocidental do que com a tradição islâmica, especialmente as pessoas que receberam uma educação ocidental e estiveram expostas de alguma maneira à modernidade ocidental. Apesar de se dizer um pensador sufi, Yassine rompeu com a ordem sufi Bouchichiya em Marrocos no início da década de 1970, precisamente porque o líder daquela se recusava envolver na vida política. Como todos os islamistas, Yassine rejeita a separação entre as esferas espirituais e temporais, repudiando o Ocidente, desafiando o sistema político marroquino, criticando ferozmente os Judeus. Este movimento tem uma estrutura tipicamente islamista, com estruturas de caridade e secções femininas, juvenis e estudantis.

Assim, facilmente se compreende que os fundadores do PSM tenham sido estudantes marroquinos na Europa, que os seus seguidores sejam, sobretudo, de nacionalidade marroquina e que o movimento esteja implantado em países com uma população marroquina considerável. Bastante discreto, o PSM apela essencialmente à classe média re-islamizada, a qual não se revê no discurso burocrático da UIOE. Encoraja os seus membros a assumirem papéis políticos a nível local e a investirem em associações que defendem os direitos dos cidadãos. A estrutura do PSM permite combinar a vida espiritual com aspirações políticas, o que é algo revolucionário no contexto islamista europeu. A influência do movimento tem crescido, o que se fica a dever a uma pregação eficaz, sem ser polémica, com frequência sob acção da filha do fundador do JSM, Nadia Yassine (conferências, acampamentos, cursos, etc.).

Na mesma linha, combinando os métodos do Islamismo político e a inspiração sufi, existe a Association of Islamic Charitable Projects, mais conhecido por *Ahbash*. Este movimento com origem no Líbano, na década de 1960, está presente na Europa desde os anos 1980, tendo a sua sede em Paris. A sua difusão pela Europa ficou-se a dever ao activismo religioso de estudantes libaneses e refugiados que tinham fugido da guerra civil no Líbano. O *Ahbash* diz-se um movimento sufi, defendendo

uma leitura política do Islão, estando presente em cerca de quinze países europeus, bem como na Austrália e Estados Unidos. Este grupo luta pelo monopólio ideológico do Islão em solo europeu, apresentando-se como adeptos de um Islão moderado recorrendo a uma retórica anti-islamista, especialmente depois de Setembro de 2001. No entanto, o movimento não está desprovido de motivações políticas e, frequentemente, colabora com as autoridades europeias que apreciam a sua oposição a outras tendências do Islamismo na Europa.

O Wahhabismo

Por outro lado, a Europa não assistiu à chegada significativa de indivíduos provenientes de países como a Arábia Saudita ou o Iémen e a Jordânia. Porém, tal não significa que a doutrina wahhabita saudita não tenha marcado presença em solo europeu, já que numerosos factores a fizeram chegar até este continente. Os Sauditas enviavam para o Ocidente importantes somas de dinheiro, não só destinadas a ajudar a implementação de outros movimentos (políticos, como a Irmandade Muçulmana, ou missionários, como grupos salafitas), como acabamos de ver, mas também para financiar acções de propaganda, mesquitas, centros islâmicos, escolas e outras obras. Outro aspecto importante é o facto do regime saudita ter procurado, não raras vezes, colocar sob seu controlo as estruturas islâmicas já existentes.

Com efeito, desde a década de 1960 que o regime saudita vinha já desenvolvendo vastos esforços no sentido de promover a sua forma do Islão pelo mundo fora, através do financiamento de vários tipos de actividades: produção e distribuição de publicações vinculando o ponto de vista wahhabita; construções de mesquitas e envio de imãs um pouco para todo o mundo (por exemplo, a Mesquita M30 de Madrid e respectivo Centro Cultural Islâmico, a Mesquita Central de Lisboa, a Mesquita Central de Londres, a Mesquita de Roma e o Centro Cultural Islâmico de Bruxelas); o estabelecimento de várias organizações islâmicas. Entre estas destacam-se as instituições de caridade com gabinetes em países europeus, como a *Muslim World League* (sendo algumas delegações administradas por Irmãos Muçulmanos), cujo primeiro gabinete abriu em

Paris, em 1977, e a *World Assembly of Muslim Youth*. A Arábia Saudita apoiou, igualmente, iniciativas como a *Association des Étudiants Islamiques de France* (AUIF), fundada em 1963.

A propaganda saudita e os seus esforços missionários alertavam as comunidades no Ocidente para a necessidade de regressarem ao caminho correcto do Islão, nomeadamente através de uma educação islâmica para as crianças, e para o modo como poderiam sobreviver num ambiente não islâmico. Estes esforços não tinham na sua base apenas um interesse missionário, mas também eram conduzidos com objectivos políticos em mente, sobretudo atendendo ao contexto da Guerra Fria. O regime saudita pretendia conter a disseminação da influência dos regimes nacionalistas do Médio Oriente, os quais contavam com o apoio da União Soviética, bem como limitar a crescente oposição interna adepta de uma versão mais militante do Islão. Foram adeptos desta visão que, em 1979, tomaram a mesquita de Meca. Deste modo, o regime tentava realçar as suas credenciais wahhabitas conservadoras como meio de preservar a sua legitimidade política.

Com a Revolução Iraniana de 1979, os Sauditas intensificaram os seus esforços de modo a conter a suposta liderança e crescente importância do Irão no mundo islâmico. O rei Fahd financiou pessoalmente a construção de 210 centros islâmicos e apoiou a construção de mais de 1500 mesquitas, 202 colégios e quase 200 escolas destinadas à educação de crianças muçulmanas em países não islâmicos, incluindo alguns europeus. Obviamente, tudo isto poderia ter um preço, já que os Sauditas estavam livres de constrangimentos no que toca a imporem condições, nomeadamente a nível de conteúdo dos sermões proferidos nas mesquitas.

A exportação do credo saudita foi financiada graças aos lucros petrolíferos e produziram resultados nem sempre evidentes. Aliás, estas actividades foram passando despercebidas durante muitos anos e só os eventos de 2001 as trouxeram para a atenção pública. A isto não é alheio o facto da maioria dos terroristas envolvidos serem de nacionalidade saudita, bem como o líder da organização que esteve na origem daqueles ataques. A realidade é que o regime saudita foi um dos mais bem sucedidos na disseminação da sua versão de Islão ultra-ortodoxa.

Através da *da'wa* e das somas avultadas de dinheiro, a Arábia Saudita criou uma geração de islamistas que tentavam impor a sua rígida ideologia às comunidades muçulmanas em todo o mundo. Embora politicamente alinhado com o Ocidente, o reino saudita promoveu um discurso antagónico aos valores culturais ocidentais.

Actualmente, os grupos e mesquitas muçulmanas adoptaram uma estratégia de auto-financiamento através do *zakat* ou combinando actividades culturais e educação financiada pelo Estado com actividades religiosas, diminuindo, deste modo, a influência saudita.

2) O Islamismo missionário ou apolítico

Após a análise dos movimentos ligados a estratégias políticas do Islão, defendendo o reconhecimento dos direitos culturais e sociais dos Muçulmanos na Europa, deparamo-nos com grupos como o *Tabligh Jamaat* e alguns movimentos salafitas, os quais declaram ter objectivos missionários, rejeitando o enquadramento das suas actividades nas estruturas políticas europeias. Os seus objectivos não são nem o estabelecimento do Estado islâmico (como acontecia com os islamistas no exílio), nem a defesa dos interesses dos Muçulmanos na Europa (como é o caso da UIOE e do *Milli Görüs*), mas as suas actividades missionárias visam fazer regressar às práticas islâmicas conforme praticadas pelo Profeta e purificadas dos acrescentos da tradição os crentes que delas se afastaram. No entanto, caso surja, estes movimentos não hesitarão em aproveitar uma oportunidade de influenciar os governos para aplicarem a lei islâmica ou imporem valores mais conservadores. Estas tendências ditas missionárias têm uma presença sólida no continente europeu.

Estes grupos orientam os seus protestos políticos pelo exemplo do Profeta, existindo uma clara discrepância entre esta e a realidade profana da Europa contemporânea. Estes acreditam que através da pregação podem criar um movimento social, o qual será responsável por derrubar a organização hierárquica do mundo, dando ao Islão o lugar de proeminência que merece. Estes movimentos não estão directamente preocupados com política, mas em corrigir as práticas religiosas e a crença através de uma educação islâmica, com uma reforma global em

vista. Tal implica a aplicação literal da mensagem corânica, a qual insiste na unidade de Deus, princípio não respeitado pelo Muçulmanos e que estará na base da decadência da *ummah*.

Estes movimentos opõem-se a todas as formas de participação política ocidentais por parte das populações muçulmanas no interior das sociedades europeias. De acordo com aqueles, tal participação é contrária ao Islão, o qual estabelece a soberania absoluta de Deus. Assim estes movimentos defendem a não participação na vida política oficial, mesmo que esta afecte a vida dos muçulmanos europeus. O primado do Islão sob todos os outros sistemas impede-os de se considerarem participantes de um sistema político não muçulmano. Na visão destes, o Islão é a solução para todo o mal. Mesmo apolíticos, conservam um elemento de protesto simbólico, através da sua atitude de desistência, devido às condições de vida desapontantes dos Muçulmanos na Europa (discriminação social e religiosa, exclusão económica, imoralidade no espaço público, etc.). Defendem uma religiosidade baseada na rejeição dos valores dominantes da sociedade e a necessidade de viver a fé em privado, não demonstrando qualquer violência. Muitos jovens alienados e com problemas encontram nesta forma de viver a religião um sentido de expiação para a sua antiga falta de religiosidade, a qual é também uma alternativa à violência produzida pelas frustrações quotidianas.

Estes movimentos são estigmatizados no espaço público, devido à sua aparência física (barba longa, roupa médio oriental, véu...), o que levanta com frequência algumas desconfianças.

Tabligh Jamaat

Como vimos, o *Tabligh Jamaat* é um movimento missionário, ligado à escola conservadora deobandi que se preocupa sobretudo em provocar mudanças espirituais. Este actua junto das comunidades islâmicas, tentando fazê-las regressar ao Islão dos primeiros tempos. O movimento chegou à Europa na década de 1960, por intermédio da comunidade indo-paquistanesa a residir no Reino Unido, e depois de se ter já expandido pelo Médio Oriente, África e Sudeste Asiático. Foi precisamente naquele país que se estabeleceram as primeiras missões *tablighis* numa altura em

que chegavam os primeiros imigrantes oriundos do sub-continente asiático. Dali expandiram-se para outros países europeus que contavam com populações muçulmanas de origem imigrante: Bélgica, Holanda, Alemanha e França. Países como a Espanha, Itália e Suíça receberam missões *tablighis* apenas após a década de 1980, quando chegaram os primeiros imigrantes.

Em Portugal, onde conta com muitos adeptos, o grupo começou a ganhar expressão no início da década de 1980, por intermédio de alguns Moçambicanos descendentes de Indianos. Actualmente, esta tendência vai adquirindo alguma importância entre os Muçulmanos do país, já que existe um interesse crescente em conhecer o pensamento desta corrente. Tal poderá ser interpretado como consequência da revitalização de algumas práticas religiosas entre uma população imigrante cada vez mais numerosa, oriunda de contextos culturalmente diferentes. É notória, por exemplo, a influência deste movimento entre a crescente população do Bangladesh. Aliás, decorre anualmente na Mesquita Central de Lisboa um encontro que reúne os membros desta corrente presentes em Portugal e elementos oriundos de várias partes do mundo. Adicionalmente, existem pequenos grupos de *tablighis* que se deslocam a Portugal durante o ano, provenientes de países como o Paquistão, África do Sul, Inglaterra, Espanha e França.

Nalguns países europeus, este movimento transnacional de natureza quietista já foi acusado de fomentar um ambiente propício à divulgação de ideais mais extremistas, como aconteceu em França. O problema reside no facto de alguns elementos deste movimento terem assimilado um tom mais duro. Por exemplo, em França, o movimento parece ter servido de plataforma para alguns indivíduos que acabaram por transitar para grupos radicais. Entre estes destacam-se Zacarias Moussaoui, condenado nos EUA pelo envolvimento nos atentados de 11 de Setembro de 2001, e Djamel Beghal, membro confesso da Al-Qaeda, tendo sido condenado pelo envolvimento numa tentativa de atentado à embaixada americana em Paris. Ambos foram seguidores do movimento antes de evoluírem para grupos defensores de uma ideologia extremista. Não existe, contudo, nenhuma ligação provada entre este grupo e actos radicais.

O Salafismo

O Salafismo refere-se aos *salaf*, os antecessores piedosos incarnadas pelas primeiras três gerações de Muçulmanos e que representam a idade de ouro do Islão. A provar a força do Islão puro estão as conquistas militares e a expansão territorial do Islão durante aquele período, formando um império que incluía os territórios entre a Índia e Espanha. Assim, os adeptos desta corrente procuram basear os seus comportamentos diários no exemplo daquelas três gerações, acreditando que, com a sua piedade exemplar, o Islão readquirirá a sua força inicial. Estes estabelecem uma relação directa entre a fé inabalável dos *salaf* e os sucessos militares e políticos do Islão. Assim, sempre que a sociedade muçulmana entra numa crise económica, política e social, alguns teólogos preconizam o regresso ao Islão dos *salaf*.

Relativamente ao Salafismo, este ultrapassou os limites do Médio Oriente e Norte de África, expandindo-se para o sul e sudeste asiático, para a África sub-sahariana e finalmente para a Europa. Este desenvolvimento ficou-se a dever a múltiplos factores, que vão das forças da globalização ao patrocínio saudita.

No final da década de 1980, emerge uma nova religiosidade entre alguns jovens sobretudo de origem magrebina, indo-paquistanesa e turca. Estes abandonam o tipo de religiosidade comunitária conforme praticado pelos pais, centrada em lógicas étnico-nacionais e com elementos tradicionais.

No início da década de 1990 surgem novos actores, diversificando a oferta religiosa islâmica até então monopolizada pela homogeneidade doutrinal e organizacional de movimentos como a Irmandade Muçulmana e o *Tabligh Jamaat*. Entre estes, encontra-se o Salafismo, o qual entrou na Europa principalmente por intermédio de Sauditas ou indivíduos formados por universidades sauditas e através do proselitismo de antigos militantes ou simpatizantes do ramo salafi da Frente Islâmica de Salvação argelina, a qual se estabeleceu em França, Reino Unido e Bélgica durante aquela década. Em território europeu, este movimento difuso e complexo torna-se um importante vector de re-islamização, a partir do ano 2000,

competindo com as restantes tendências mencionadas e estruturas mais antigas estabelecidas na Europa.

A emergência do Salafismo na Europa deve ser interpretada como uma recusa da excessiva politização do Islão segundo padrões europeus, e uma crítica à integração de valores considerados estranhos ao Islão, como democracia e cidadania, na herança islâmica. Para os salafitas, as organizações ligadas à Irmandade Muçulmana ou o *Milli Görüs* fizeram demasiadas concessões ao Ocidente, provocando alterações inaceitáveis na mensagem corânica e na tradição do Profeta. Recusam os métodos de apropriação da modernidade ocidental, proposto por estas organizações, pois tal conduz à fragmentação da *ummah*. A "normalização" do discurso daquelas organizações abriram caminho para o movimento salafita. Este apareceu como variante islamista, seduzindo os grupos marginalizados e excluídos de toda a participação política e social, as quais rejeitam. O Salafismo é assim concebido como um novo modo de regenerar a mitologia do Islamismo e de investir na participação política. Os movimentos salafitas acreditam que o Islão está a entrar numa fase de decadência e que a identidade islâmica está sob ameaça da hegemonia ocidental. Este declínio das sociedades muçulmanas resulta do afastamento das fontes originais do Islão, mas também de uma conspiração ocidental e sionista que tem como objectivo manter os Muçulmanos numa posição de dominados. No entanto, o Islão, enquanto sistema global que rege todos os aspectos da vida, é a única força que tem recursos para resolver as crises (sociais, económicas e políticas) que assolam as sociedades muçulmanas e europeias e inverter o imperialismo e domínio ocidental.

O Salafismo constitui um movimento plural e contraditório, englobando uma gama variada de posicionamentos políticos. A defesa do regresso ao Islão inicial pelos adeptos do Salafismo é feita através de diferentes métodos: pela pregação, pela combinação da leitura política do Islão com o literalismo religioso e por via da *jihad*. Na Europa podem ser identificadas três tendências distintas, todas reclamando uma herança salafita e cada uma mantendo uma relação específica com a sociedade ocidental. Os salafitas missionários desenvolvem relações fundadas no registo sectário; a vertente política acomoda-se pragmaticamente à

sociedade ocidental; o Salafismo revolucionário exprime as suas relações com a sociedade através da violência.

O Salafismo missionário insiste que a solução para os problemas dos Muçulmanos se encontra na purificação da religião das inovações corruptoras para regressar ao Islão transmitido pelo Profeta e na educação dos Muçulmanos para que se tornem “bons” Muçulmanos, conformando-se a esta religião purificada. Através da pregação e dos ensinamentos religiosos tentam corrigir as crenças e práticas religiosas para colocar em prática um Estado e sociedade islâmica. Opõem-se a todas as formas de activismo revolucionário, considerado violento e herético, e político, o qual é contrário ao Islão, pois a legislação europeia não se baseia nos valores da *shariah*. Não desejam envolverem-se com a sociedade e não têm qualquer projecto político para além das expectativas messiânicas de justiça divina. Defendem uma visão apolítica não violenta do Islão. Na Europa, esta tendência anda, em grande parte, associada ao wahhabismo saudita e representa a maioria dentro do Salafismo.

O actual sucesso deste tipo de Salafismo entre alguns Muçulmanos na Europa fica, em parte, a dever-se ao sentimento de desapontamento pelo fracasso de movimentos de re-islamização, tais como a UOIE. Estes movimentos são criticados por quererem defender os Muçulmanos na Europa recorrendo a categorias políticas ocidentais, por defenderem uma reforma do Islão segundo a modernidade ocidental e por aceitarem negociar com o Estado no que toca à institucionalização do Islão. Considerando a superioridade do Islão relativamente aos restantes sistemas políticos, participar no processo político equivaleria a reconhecer àquele um estatuto de igualdade ao Islão. Assim, estes salafitas recusam todas as formas de integração e não se envolvem em negociações com o Estado, embora não contestem o poder e recusem a violência.

Esta forma de Salafismo está bem implantada na Holanda, Bélgica e França, por intermédio da imigração magrebina e do proselitismo de indivíduos de origem argelina.

O Salafismo político organiza as suas actividades em torno de uma lógica política, fazendo uma leitura política do Islão e adoptando um literalismo religioso próprio dos salafitas missionários, especialmente dos

sauditas. Através do activismo político, os adeptos desta linha salafita pretendem inculcar às massas muçulmanas o imperativo do Estado e da sociedade islâmica. Constitui uma minoria no seio do movimento salafita, tendo-se implantado na Europa através da Liga Islâmica Mundial (a qual contou entre os seus funcionários na Arábia Saudita com muitos Irmãos Muçulmanos fugidos do Egipto e da Síria). Deste modo, esta linha salafita está presente em muitos dos países onde as mesquitas e centros islâmicos são financiados por pelo reino de Saud.

O Salafismo *jihadismo* coloca a *jihad* no centro das crenças religiosas, as quais se baseiam numa interpretação literal e rigorosa dos textos islâmicos. Esta tendência salafita resulta da radicalização no seio do movimento na década de 1980, durante o conflito afegão. Lutam pelo estabelecimento do Estado islâmico e, finalmente, da instituição Califado. São adeptos da acção directa para estabelecer o reino de Deus na terra. Na óptica dos seus adeptos, a *jihad* pode ser levada a cabo para contestar os Estados, europeus ou muçulmanos, ou contra indivíduos acusados de não respeitarem as normas religiosas islâmicas.

No Ocidente, esta tendência apresenta um discurso radical e oposto a todas as formas de colaboração com Muçulmanos ou sociedades ocidentais. Neste território contestam a legitimidade e a acção dos regimes ocidentais e o seu apoio aos regimes árabes ímpios, considerado um obstáculo à instauração de um Estado islâmico naqueles países. A luta contra os governos ocidentais, cuja influência tanto se faz sentir nos países Muçulmanos, era uma maneira de enfraquecer os apóstatas locais: o modo mais eficaz de derrotar o inimigo interno era começar por atacar o seu principal patrocinador, ou seja, os EUA e restantes países apoiantes daqueles!

Alguns grupos na Europa situam a sua acção numa lógica salafita revolucionária. Nesta situação encontra-se o *Hizb ut-Tahrir* (Partido da Libertação), produto de um cisma no interior da Irmandade Muçulmana jordana. Foi fundado em 1958, e é muito activo no Reino Unido e na Dinamarca, recrutando intensamente nos campus universitários. Apesar de defender a restauração do Califado, este grupo é extremamente cuidadoso em não de deixar envolver ou ligar a atentados terroristas ou acções violentas.

Assim, o Salafismo cumpre essencialmente três funções políticas: protesto e oposição ao sistema político e social e à oferta política e religiosa dominante, apesar de não terem um projecto político específico alternativo e falarem na implementação de um Estado islâmico sem precisarem o processo a utilizar; tribuna de uma massa popular descontente e que não se revê nos partidos e movimentos políticos, nem nas correntes religiosas existentes, tendo aparecido como consequência da crise de representação política na Europa; electiva, já que a pertença a esta corrente significa pertencer a uma elite, uma vanguarda.

A existência de várias tendências salafitas e a oposição e excomunhão mútuas demonstram a ausência de uma sinergia organizacional, embora existam diversas passagens entre si. No entanto, após a guerra civil argelina e sobretudo o 11 de Setembro de 2001, as fronteiras entre aquelas tornaram-se mais rígidas, assistindo-se a uma crescente autonomização em relação uns aos outros. Por exemplo, no Líbano, o movimento salafita de cariz missionário, o qual tem uma forte presença em cidades como Tripoli, é um crítico feroz das acções empreendidas pelos movimentos de cariz *jihadista*. Assim, durante o conflito em Maio de 2007 que opôs os membros da *Fatah Al-Islam*, grupo radical formado em Novembro de 2006 e sitiado no interior do campo de refugiados palestinianos de Nahr al-Bared, a norte de Tripoli, às forças de segurança libanesas e que causou a morte a, pelo menos, 400 pessoas, os salafitas missionários manifestaram a sua oposição às acções daqueles.

3) O Islamismo radical-jihadista

A radicalização do Islamismo teve lugar a partir da década de 1970 em vários países árabes, nomeadamente no Egipto com o aparecimento de vários movimentos dissidentes da Irmandade Muçulmana e adeptos das visões de Sayyid Qutb. A tendência *jihadista* é um fenómeno recente e minoritário no seio desta corrente mais radical do Islamismo.

Com efeito, na segunda metade da década de 1990, verifica-se uma alteração importante na direcção daquela doutrina. Até àquela data os islamistas dirigiam a sua luta àquilo que denominavam de inimigos

internos do Islão, ou seja, os governos apóstatas e grupos sociais apoiantes do secularismo. A partir de 1998, sensivelmente, uma franja no interior daquele movimento começa a pregar a *jihad* contra a “aliança entre Cruzados e Sionistas e os seus colaboradores”: Estados Unidos, Israel e seus aliados ocidentais. Esta mudança dramática no pensamento e acção dos islamistas de tendência mais radical foi causada, sobretudo, pela alteração das condições regionais e internacionais e por questões inerentes ao funcionamento interno do movimento.

A passagem de uma estratégia local para uma global teve lugar num contexto internacional específico: a retirada dos Russos do Afeganistão e o colapso da União Soviética; a guerra do Golfo de 1991 e o estabelecimento permanente de forças militares americanas em solo saudita, ferindo as sensibilidades religiosas de muitos súbditos daquele reino; e o insucesso de diversos grupos islamistas no conflito que os opunha aos seus governos, o que os motivou a redefinir a noção de inimigo. Com esta manobra, estes islamistas pareciam querer alterar o rumo seguido por aquele, bem como reverter o seu declínio aparente.

Com fracos resultados no que toca à luta contra os regimes muçulmanos e sem uma base de apoio social consolidada, os islamistas foram obrigados a repensar as suas estratégias e a tomar decisões quanto ao futuro do movimento. Os islamistas viam, assim, na definição de um novo inimigo um modo de manterem a chama revolucionária acesa e darem novo vigor à sua ideologia. Aqueles podiam calcular que ao atingirem países ocidentais, estes ripostariam, o que iria abalar as consciências muçulmanas, pois ao sentirem-se atacados uma vez mais, os Muçulmanos acabariam por apoiar a luta dos *jihadistas*. Por outro lado, consideravam a luta contra os governos ocidentais, cuja influência tanto se fazia sentir nos países Muçulmanos, uma maneira de enfraquecer os apóstatas locais: o modo mais eficaz de derrotar o inimigo interno era começar por atacar o seu principal patrocinador, ou seja, os EUA! Al-Zawahiri explica esta alteração no pensamento islamista, em *Knights under the Prophet's Banner*. Até àquela data, este ideólogo sempre tinha defendido a necessidade de levar a cabo, primeiro de tudo, uma revolução doméstica, rejeitando qualquer apelo para a internacionalização da *jihad*. Conforme afirmava sem complexos “a

estrada para Jerusalém passa pelo Cairo”. Surpreendentemente, naquela obra declara que o motivo que levou os islamistas a perderem a luta contra os inimigos internos do Islão encontra-se no isolamento que aqueles mantiveram em relação à *ummah*, o que impediu a mobilização daquela. Reconhece, por isso, a necessidade da vanguarda islamista estar plenamente integrada na sociedade, atentando às aspirações e preocupações desta e procurando a sua liderança. Os islamistas deveriam evitar tornar-se uma elite. Deste modo, deve ser conduzida, primeiramente, uma guerra global contra os inimigos externos do Islão, de modo a obrigá-los a diminuir o seu apoio aos Estados árabes corruptos.

Um dos problemas fundamentais desta tendência do Islamismo provém da pobreza das suas ideias filosóficas e da sua teoria política. Ao contrário de outros islamistas, os *jihadistas* não fornecem qualquer projecto intelectual para a ordem islâmica que idealizam. O seu objectivo resume-se à captura e islamização do Estado e à imposição do seu programa islâmico a toda a sociedade. Muitos autores defendem que é precisamente esta pobreza em ideias originais que explica a predilecção especial que os islamistas *jihadistas* têm pelo recurso ao conflito.

A exposição da Europa ao radicalismo *jihadista* é um fenómeno relativamente recente. Alguns militantes que tinham participado no conflito afegão viram barradas as suas tentativas de regressarem aos respectivos países, onde pretendiam colocar em prática os conhecimentos e práticas adquiridos na continuação da luta contra os regimes domésticos. Estes indivíduos adeptos de um Islão radical, altamente selectivos relativamente aos textos religiosos (buscando apenas os versículos ou os *hadiths* que servem à justificação das suas ideias), dos quais faziam leituras literais e subversivas, eram defensores fervorosos do dever da *jihad*, com o objectivo de disseminarem a religião e lutar contra as ameaças à comunidade islâmica.

Para os ideólogos e estrategas da *jihad* a nível global, este território assume-se como uma frente importante. Os movimentos radicais islamistas a actuarem na Europa são constituídos, sobretudo, por vários grupos locais, os quais subscrevem a ideologia salafita *jihadista*, combinando o respeito pelos textos sagrados interpretados de forma

literal com um compromisso absoluto com a *jihad*. Os militantes sunitas do Salafismo *Jihadismo* consideram o terrorismo um meio legítimo e necessário de luta na sua campanha para re-islamizar o mundo muçulmano e derrubar os regimes locais que acusam de seculares e demasiado dependentes do Ocidente. A primeira consequência da presença destes exponentes do Islamismo radical na Europa foi o facto daqueles favorecerem a implementação de redes operacionais e as alianças com outros grupos islamistas. Estas redes agrupavam pessoas de diferentes nacionalidades, demonstrando o internacionalismo do fenómeno *jihadista*.

A rede *jihadista* tem ramificações por várias cidades da Europa. Nos últimos anos, foram descobertas várias estruturas salafita *jihadistas* nos principais países da Europa ocidental. Algumas figuras proeminentes instalaram-se nalgumas cidades europeias, as quais se tornam pólos de comunicação relevantes para as suas actividades. Nestas encontram frequentemente meios de financiamento e cobertura (intencional ou não) para as suas actividades. A Grã-Bretanha assume-se como a local mais visível desta tendência, sobretudo a cidade de Londres, mas a França, Alemanha e mesmo Espanha, também assumiram um papel de relevo.

O território europeu também se tornou palco de radicalização e recrutamento para redes *jihadistas*, o que foi favorecido pela presença de vários exponentes desta ideologia, os quais também assumiam o papel de guias de uma nova geração. Entre estes destacam-se o sírio Abu Mus'ab al-Suri, também conhecido por Mustafa Setmarien Naser, o sírio Eddin Barakat Yarkas ou Abu Dahdah, o palestino Abu Qatada al-Filastini, o egípcio Abu Hamza al-Masri e o sírio Omar Bakri Muhammed. Estas figuras foram centrais para a difusão dos ideais e da causa *jihadista*, bem como para reunirem apoios para diversos conflitos, como aqueles que tiveram lugar na Bósnia, Chechénia e Caxemira. Tal como acontece com outras forças políticas, os aderentes a grupos islamistas mostram-se extremamente sensíveis às personalidades fortes e carismáticas, as quais se revelam importantes para o desenvolvimento e dinâmica do movimento. Estas personagens são vitais, favorecendo o recrutamento e doutrinação de jovens alienados pelo ambiente circundante, desempenhando um papel fundamental na formação da

conduta e acção daqueles e estimulando um sentido de camaradagem e lealdade.

Al-Suri é um dos principais ideólogos do Salafismo *jihadismo* da actualidade, tendo também méritos reconhecidos como operacional e perito em tácticas de combate. Autor de numerosos livros, documentos, artigos e cassetes áudio, na Internet existem milhares de páginas da sua autoria. Acredita-se que Al-Suri, tendo percorrido muitos países europeus, seja o arquitecto de muitas células extremistas a operar em território europeu, através da definição de objectivos e da organização de estruturas operacionais. Deste modo, parece ter desempenhado um papel sem precedentes nos círculos islamistas *jihadistas* do velho continente, durante a década de 1990. No entanto, o Ocidente apenas se apercebeu da sua importância em 2004, quando foi apontado como possível cérebro do atentado de 11 de Março.

Al-Suri envolveu-se com o movimento de oposição islamista na Síria. Quando a facção da Irmandade a que pertencia foi descoberta, procurou refúgio na Jordânia, onde recebeu treino, especializando-se em engenhos explosivos e técnicas de guerrilhas. Em 1983, instala-se em França e três depois em Espanha, adquirindo a nacionalidade espanhola através do casamento.

Em 1987, parte para Afeganistão, onde permanece até 1991 na qualidade de instrutor militar e responsável pela preparação ideológica e intelectual nos campos de treino dos *mujahidin*. Ali encontra Osama Bin Laden e, no final da década de 1990, já novamente na Europa acaba por servir de intermediário entre este e vários meios de comunicação ocidental.

De regresso a Espanha, abandona a causa síria para se dedicar à causa *jihadista* internacional. Em 1994, muda-se para Londres, mas regressa ao Afeganistão quatro anos mais tarde. Ali inaugura um campo de treino e centro de acolhimento para estrangeiros, o qual funcionava também como centro de comunicação. O objectivo era a disseminação do pensamento *jihadista* e o apelo a uma resistência global. Neste desempenha várias tarefas: instrutor militar, professor, escritor e estratega. Naquele campo – independente da rede de Bin Laden, mas usufruindo de fundos daquele – foi responsável pela formação de toda

uma geração de *jihadistas*, muitos dos quais provinham da Europa.

Al-Suri demonstrava ter um carácter frio e racional e um notável espírito crítico, mantendo-se sempre como um escritor independente. Sendo um dos principais ideólogos e estrategas do *Jihadismo* actual, é também uma potente figura política, possuindo uma cultura superior à da maioria dos *jihadistas*. Na sua perspectiva, o objectivo do movimento *jihadista* consistia na libertação do mundo islâmico da ocupação directa ou indirecta e o derrube de governo não islâmicos.

Após o 11 de Setembro, Al-Suri foi possivelmente o indivíduo que mais fez para formular uma nova estratégia para o movimento *jihadista*. Já por volta do ano 2000, aquele começou a falar da necessidade de empreender uma forma de "terrorismo individual" para substituir o terrorismo hierárquico e planificado de organizações como a Al-Qaeda, o que faz todo o sentido após a invasão do Afeganistão e a perda daquele que era considerado o santuário dos *jihadistas*. Este estratega defendeu a descentralização das unidades operativas e do seu treino, bem como o seu auto-financiamento, promovendo uma terceira geração de salafitas *jihadistas*. Esta deveria operar de modo independente e ser composta por operacionais nómadas que actuassem em nome do movimento alargado. Tal alteração do *modus operandi* era vista como essencial, pois as organizações hierárquicas secretas tinham perdido relevância e fracassado no que respeita a captarem novos membros. Tais organizações dependiam de estados de acolhimento, o que na conjuntura pós-2001 se tornaria impossível. A acrescentar a tudo isto, numa estrutura hierárquica existe o risco de um membro ser descoberto, expondo e colocando em perigo toda a organização.

O interesse por Al-Suri parece ter aumentado desde a sua alegada captura no Paquistão, no final de 2005. A sua maior contribuição para a causa *jihadista* situa-se no campo do pensamento estratégico. Os seus escritos nesta área tiveram um impacto enorme e têm potencial para fomentar o *Jihadismo* junto de novas audiências, especialmente jovens educados e familiarizados com a cultura ocidental, pouco motivados pela religiosidade e mais por questões políticas.

Abu Qatada é descrito por muitos como o líder espiritual da Al-Qaeda na Europa. No final dos anos 80 deslocou-se para Peshawar,

onde permaneceu até 1993 e se tornou doutor em Direito islâmico. Participou no processo de doutrinação dos voluntários do conflito afegão, embora nunca tivesse reconhecido a sua pertença a nenhuma organização.

Naquele ano, Abu Qatada entrou no Reino Unido, tendo conseguido o estatuto de asilado político para si e para a sua família em Junho do ano seguinte. Em Londres, tornou-se uma referência para os salafistas *jihadistas* que vivem na Europa.

No ano 2000, Abu Qatada escreveu que os movimentos *jihadistas* têm como único objectivo a inversão dos actuais regimes muçulmanos ilegítimos e a instauração de um Estado islâmico regido pela *shariah*. Consequentemente, a *jihad* deve, em primeiro lugar, ser orientada contra os regimes muçulmanos ímpios, antes de atacar os verdadeiros inimigos do Islão que são os infiéis, simbolizados por Israel.

Embora seja difícil provar a sua ligação directa à criação de células operacionais em solo europeu, as *fatwas*, sermões e artigos de Abu Qatada são difundidos em numerosos sítios Internet ligados à corrente *jihadista*. Tido sobretudo como um ideólogo, existe a suspeita que terá desempenhado algum papel na formação doutrinária da célula responsável pelo atentado de Madrid, em Março de 2004, já que tinha ligações a Abu Dahdah, um Sírio condenado em Espanha na sequência da investigação ao 11 de Setembro.

Em Dezembro de 2001, Abu Qatada tornou-se um dos homens mais procurados do Reino Unido quando cassetes com discursos proferidos por si foram encontradas num apartamento de Hamburgo, o qual era utilizado por alguns dos responsáveis pelo ataque de 11 de Setembro. Detido em 2002, foi libertado em Março de 2005 sob fiança e com ordem de restrição de movimentos. No entanto, em Agosto desse mesmo ano foi novamente detido. A Jordânia, que o tinha julgado em *absentia* em duas ocasiões diferentes (em 1998 e 2000) por crimes de terrorismo, pediu a sua extradição. Naquele país tinha sido condenado a duas penas de quinze anos de trabalhos forçados por actividades terroristas (nomeadamente financiamento de uma organização clandestina e conspiração para efectuar atentados contra objectivos norte-americanos e judeus) e vínculos com a al-Qaeda. Durante sete

anos, este lutou nos tribunais ingleses para evitar ser entregue às autoridades de Amã, mas a 18 de Fevereiro de 2009 o tribunal deu ordem para a sua deportação. Os seus advogados dizem que vão apelar desta decisão para o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, o que certamente irá protelar por mais uns tempos uma resolução definitiva para o seu caso.

Abu Hamza é originário do Egipto, tendo chegado a Londres nos anos 80 para estudar. Recebe a cidadania britânica após contrair matrimónio com uma Inglesa, da qual acabaria por se divorciar. Tendo contactado com alguns argelinos a residirem no Reino Unido, Abu Hamza passou por um processo de radicalização que o levaria até ao Afeganistão, na década de 1990.

De 1997 a 2003, este clérigo auto-didacta pregou numa mesquita do norte de Londres, conhecida por Mesquita de Finsbury Park. Abu Hamza é famoso, principalmente, pelos seus sermões incendiários e não propriamente pelas suas lições religiosas. O seu grupo "Apoiantes da *Shariah*", formado em 1996, defendia a aplicação da lei islâmica e era composto essencialmente por jovens de origem magrebina. Um dos seus seguidores foi Richard Reid, o qual tentou fazer explodir um voo transatlântico entre Paris e Miami com um engenho explosivo artesanal dissimulado nos sapatos. No final dos anos 90, Hamza focava a sua atenção sobretudo no conflito argelino, pelo que muitos dos seus seguidores eram oriundos daquele país.

Este imã foi detido em Abril de 2004 pelas autoridades britânicas. Actualmente, está a cumprir uma sentença de sete anos de prisão no Reino Unido por incitamento ao ódio racial e por outras ofensas relacionadas com terrorismo. Tanto os EUA como o Iémen pediram a sua extradição: os EUA pelo suposto envolvimento na tentativa de fundar um campo de treino, no final de 1999, no estado de Oregon; o Iémen acusa-o de estar implicado em atentados bombistas naquele país. Entre o material apreendido pelas autoridades em sua casa destaca-se a *Enciclopédia da Jihad Afegã*. Os dez volumes que a compõem explicam, entre outras coisas, como preparar e utilizar explosivos, como planear e conduzir assassínios e actos semelhantes.

Um outro ideólogo do *Jihadismo* que deixou marcas no Reino Unido

foi Omar Bakri Muhammed. Este Sírio envolveu-se na política ainda muito novo, aderindo à Irmandade Muçulmana. Em Beirute, no exílio, junta-se ao *Hizb ut-Tahrir* ("Partido da Libertação Islâmica"). Em 1983 vai para a Arábia Saudita e dez anos mais tarde deslocou-se para Londres, conseguindo a nacionalidade britânica três anos depois (1996).

Entretanto, devido a algumas divergências com a liderança do partido ao qual pertencia, Omar Bakri fundou o grupo *Al-Muhajiroun* ("Os Emigrados"), em 1996, com o objectivo de promover um Califado global. Este movimento era violentamente anti-sionista, anti-hindu e anti-sikh, profundamente intolerante e os seus membros mantinham posturas provocadoras. As suas visões extremistas eram difundidas em conferências e manifestações promovidas por elementos do grupo. Uma das conferências mais mediáticas organizadas pelo grupo aconteceu 11 de Setembro de 2003, para celebrar os "19 magníficos" que executaram os atentados de Nova Iorque dois anos antes. Existiam elementos do grupo muito activos em alguns campus universitários, onde procuravam difundir a sua mensagem. Esta encontrava ressonância, principalmente, entre estudantes de origem paquistanesa e imigrantes oriundos do subcontinente indiano e do Médio Oriente. Em Outubro de 2004, o movimento foi dissolvido. Porém, existem suspeitas que muitos dos seus seguidores se reorganizaram em novos grupos.

Os seguidores de Omar Bakri consideram-no um profundo conhecedor do Islão e defendem que este possui uma preocupação real com a vida quotidiana e o contexto local. Em 2005, Omar Bakri deixou o Reino Unido com destino ao Líbano, tendo sido impedido de regressar à Europa.

Esta primeira geração estava directa ou indirectamente associada à rede Al-Qaeda, tendo alguns deles recebido treino em campos afegãos. Estes utilizaram a Europa como arena para as suas actividades de meados da década de 1990 até sensivelmente 2003/2004. Aqui planearam e planificaram acções, divulgaram as suas ideias e foram bem sucedidos ao atraírem membros de diferentes meios e com formações variadas.

Com a invasão do Afeganistão, as redes europeias e internacionais

ficaram debilitadas ou foram desmanteladas. Os islamistas radicais-*jihadistas* europeus perderam a maioria dos seus ideólogos mais proeminentes (os quais foram detidos ou deportados) e, em virtude das medidas legislativas e securitárias implementadas um pouco por todo o continente, tornou-se hoje mais complicado seguir o desenvolvimento ideológico daqueles. Por outro lado, aqueles encontram hoje um ambiente bastante mais hostil na Europa do que há uns anos atrás. Ao contrário do que se verificava anteriormente, as comunidades muçulmanas em todo o continente estão conscientes da necessidade de isolar franjas radicais e eliminar os apelos para a militância islamista que possam eventualmente surgir no seu interior.

Apesar da radicalização e recrutamento para movimentos *jihadistas* continuar a acontecer em vários países da Europa, aqueles seguem hoje um molde diferente e o perfil de muitos dos que aderem àqueles movimentos também tem sofrido algumas alterações. Esta situação permite distinguir duas gerações de redes *jihadistas* globais no contexto europeu.

As redes que podemos definir de segunda geração têm uma ligação mais difusa à Al-Qaeda. Com um controlo mais apertado por parte das autoridades e com as próprias comunidades muçulmanas mais alerta para o problema da radicalização, estes adeptos da ideologia *jihadista* encontram formas alternativas de obterem o treino necessário para entrarem em acção. Não raras vezes, assistiu-se nos últimos anos ao fenómeno da criação de células *jihadistas* formadas através da auto-radicalização, auto-recrutamento e treino auto-didacta, por exemplo, com base em documentos e recursos obtidos via Internet, a qual funciona como um campo de treino virtual. Estas começaram a aparecer na Europa por volta de 2004, motivadas pela participação de algumas nações europeias na invasão do Iraque.

O debate em torno da questão da Europa ser um palco de confronto legítimo na luta pelo Iraque tornou-se visível, sobretudo, após os atentados de Madrid, em 2004, e de Londres, em 2005. A guerra no Iraque e a participação naquela de alguns países europeus parece ter provocado uma alteração na natureza e nas dinâmicas do Salafismo *jihadismo* em território europeu. A situação naquele país teve

consequências relevantes para a Europa, pois terá colocado este continente na mira dos radicais e contribuído para a radicalização de muitos jovens muçulmanos europeus. Este é um aspecto controverso, sendo rejeitado por exemplo pelo ex-Primeiro Ministro Tony Blair e pelo académico Olivier Roy. No entanto, personalidades como a ex-directora dos serviços secretos britânicos MI6 recentemente vieram a público defender que o facto do Reino Unido ter alinhado com os EUA na questão iraquiana contribuiu para acentuar o sentimento de revolta de muitos Muçulmanos britânicos e, portanto, criar um ambiente propício à radicalização e financiamento de actividades *jihadistas*. Segundo Stella Rimington, "as pessoas entretanto detidas ou que fizeram vídeos suicidas atribuem ao conflito iraquiano um papel significativo" no seu processo de radicalização. A realidade é que as consequências do conflito iraquiano (bem como do conflito afegão) para a Europa ainda permanecem largamente desconhecidas, sendo necessária mais investigação sobre o tema.

Não é de todo possível delinear um perfil sociológico daqueles que aderem a grupos ou células radicais, já que as suas histórias de vida, origem social, status económico, envolvimento com a sociedade, grau de religiosidade variam de caso para caso. Entre os que aderem a estas visões, encontramos imigrantes de segunda e terceira geração; pessoas recentemente convertidas ao Islão; e refugiados políticos e estudantes provenientes do Médio Oriente, Sul da Ásia ou África. Com efeito, alguns Muçulmanos europeus, nascidos e criados na Europa ou aqui residentes há várias décadas, passaram por um processo de politização com recurso a um Islão radical. Muitos deles levaram, ou estiveram em vias de levar a cabo, acções violentas tanto em solo europeu, como em áreas envolvidas em conflitos militares em que se opõem Muçulmanos e não Muçulmanos (Iraque, Caxemira, etc.). O processo de radicalização levou-os a aderir a alguma organização islamista radical ou, seguindo um padrão de recrutamento horizontal, foram doutrinados por pessoas das suas relações sociais que posteriormente os recrutou para as suas causas. Por norma, a radicalização política precede uma suposta radicalização religiosa.

Muitos dos jovens descendentes dos imigrantes que se deslocaram

para a Europa no pós-guerra na procura de melhores oportunidades económicas crescerem em sociedades preconceituosas, racistas, sendo marginalizados e discriminados com base na sua pertença a uma minoria. Muitos dos que se tentaram integrar na sociedade depararam-se com enormes dificuldades, acabando afectados por um sentimento de deslocação e alienação. Estes podem canalizar a sua frustração e sentimentos de ódio e revolta para a procura de uma solução no Islão, acabando politicamente subjugados pelos interesses de grupos radicais. A procura de uma resposta para os desafios da modernidade, a ausência de uma cultura religiosa e os limitados conhecimentos que têm das escrituras sagradas leva-os a redefinir o Islão, ultrapassando as autoridades tradicionais. Assim, muitos jovens alienados pela cultura dos pais e rejeitados pela sociedade receptora por motivos raciais, étnicos, culturais, religiosos, sociais e económicos procuram uma identidade alternativa e auto-estima numa suposta vanguarda islâmica global e o cumprimento de um "dever honroso".

A classe social e formação académica também fornecem respostas pouco satisfatórias no que toca à problemática da radicalização. O recrutamento para a causa *jihadista* pode atingir jovens de classe média-alta, com instrução, pertencentes a famílias bem integradas na sociedade e não envolvidas activamente em actividades políticas, bem como jovens mais pobres, afectados pela exclusão social, residentes em áreas segregadas e zonas decadentes, com fracos resultados a nível escolar, vítimas de desemprego. Segundo muitos autores, aliás, Muçulmanos pertencentes a meios mais tradicionais e com um nível educacional médio tendem a ser mais imunes à radicalização do que aqueles que passaram por um processo de ocidentalização e mobilidade social. Os dirigentes mais graduados da Al-Qaeda são provenientes de famílias ocidentalizadas. Os perpetradores do atentado de Londres a 7 de Julho de 2005 eram jovens formados em universidades, pertencentes à classe média e aparentemente bem integrados na sociedade. Assim, podemos considerar que o Islamismo radical consiste primeiramente na rejeição da própria ortodoxia e tradição islâmica, da religião e cultura tradicional das suas famílias, com as quais cortam quando adoptam uma visão rigorosa do Islão, segundo a tradição salafita. O padrão de radicalização entre

muitos jovens europeus parece confirmar que o Islamismo radical é uma rejeição do Islão clássico, a que se segue a rejeição da cultura ocidental e usurpação política.

A radicalização pode ocorrer através de contacto directo, das novas tecnologias de comunicação e informação, nas universidades, e na prisão, como, segundo alguns estudos acontece frequentemente, nomeadamente em países como Inglaterra e França.

Com efeito, existem casos em que muitos jovens muçulmanos da classe média iniciam o seu processo de radicalização na universidade. Esta situação é especialmente visível em Inglaterra, onde movimentos como o *Hizb ut-Tahrir*, *Al-Muhajiroun*, *Supporters of Shariah* tiveram algum sucesso a infiltrarem-se as sociedades islâmicas nas universidades britânicas, até as suas ideias e acções levantarem suspeitas. Frequentemente afastados do ambiente familiar pela primeira vez, e afectados pela percepção das muitas injustiças existentes no mundo, sobretudo as que afligem os Muçulmanos, aqueles acabam por ter uma resposta emocional à nova situação. Afinal, aos tumultos do mundo árabe-muçulmano causados, em parte, por muitos anos de intervenção ocidental nos assuntos daqueles associa-se a marginalização social, económica, política e cultural das suas minorias no Ocidente. A percepção de uma política externa injusta por parte dos países ocidentais, vista como tendo dois pesos e duas medidas, sobretudo no que respeita ao mundo muçulmano, dá ainda mais credibilidade à mensagem e aos valores subversivos difundidos por esses grupos, os quais são internalizados por estes indivíduos. O papel e as condições de atracção da ideologia tornam-se assim altamente relevantes.

Deste modo, para uma compreender o fenómeno da radicalização e recrutamento para organizações radicais em território europeu, devemos analisar todo um conjunto complexo de factores, embora seja difícil avaliar o peso real e efeitos concretos dos factores psicológicos e abstractos, como as diferentes histórias de vida e a falta de realização pessoal. Apesar de isoladamente estes factores dificilmente fornecerem respostas, se considerados no seu conjunto e em interacção podem permitir algumas conclusões. Em resumo, na base do radicalismo político de Muçulmanos na Europa, podemos apontar factores locais (alienação

política, social, cultural e política; marginalização política e cultural; discriminação e islamofobia; factores psicológicos), nacionais (resposta de alguns países ocidentais aos eventos de 11 de Setembro, com o envolvimento na “guerra ao terror”, considerada uma construção ideológica) ou internacionais/globais (o conceito de *ummah* e a sua relação com a posição do Islão e dos Muçulmanos em locais como o Iraque, Afeganistão, Palestina, e anteriormente Bósnia, Chechénia e Caxemira).

Em conclusão: é conveniente ter sempre presente que o movimento islamista na Europa nunca foi uniforme, constituindo frequentemente um campo de batalha entre personalidades, grupos e diferentes agendas políticas.

Bibliografia

Livros

ABBAS, Tahir (ed.), *Islamic Political Radicalism. A European Perspective*, Edinburgh, Edinburgh University Press, 2007.

CESARI, Jocelyne, *L'Islam à L'Épreuve de L'Occident*, Paris, Éditions La Découverte, 2004.

COOLSAET, Rik (ed.), *Jihadi Terrorism and the Radicalisation Challenge in Europe*, Aldershot, Ashgate, 2008.

GERGES, Fawaz A., *The Far Enemy: Why Jihad Went Global*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2005.

KEPEL, Gilles, *Al-Qaida Dans Le Texte*, Paris, PUF, 2005.

KEPEL, Gilles, *Jihad: The Trail of Political Islam*, 3ª Ed., Massachusetts,

Harvard University Press, 2003.

KLAUSEN, Jytte, *The Islamic Challenge: Politics and Religion in Western Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2005.

LAÏDI, Ali, SALAM, Ahmed, *Le Jihad en Europe*, Paris, Éditions du Seuil, 2002.

LIA, Brynjar, *Architect of Global Jihad. The Life of al-Qaida Strategist Abu Mus'ab al-Suri*, Londres, Hurst & Company, 2007.

PARGETER, Alison, *The New Frontiers of Jihad. Radical Islam in Europe*, Londres, I.B. Tauris, 2008.

ROSHANDEL, Jalil e CHADHA Sharon, *Jihad and International Security*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2006.

ROY, Olivier, *L'Islam Mondialisé*, Paris, Le Seuil, 2002.

ROY, Olivier, *Généalogie de l'islamisme*, Paris, Hachette Littératures, 2001.

THOMAS, Dominique, *Les homes d'Al-Qaida. Discours et stratégie*, Paris, Éditions Michalon, 2005.

VIDINO, Lorenzo, *Al Qaeda in Europe. The New Battleground of International Jihad*, Nova Iorque, Prometheus Books, 2006.

WIKTOROWICZ, Quintan, *Radical Islam Rising*, Lanham, Rowman & Littlefield Publishers, 2005.

Artigos em livros e revistas científicas e comunicações

AMGHAR, Samir, "Le Salafisme en Europe: la mouvance polymorphe d'une radicalisation", *Politique Étrangère*, n.º 1, 2006, pp. 67-78.

BOUBEKEUR, Amel, AMGHAR, Samir, "The role of Islam in Europe: Multiple Crises?", in *Islam and Tolerance in Wider Europe*, Open Society Institute, Janeiro de 2007, pp. 16-20.

ÇITAK, Zana, "Turkish Islam in Europe: *Diyanet* and the institutionalization of Islam in Belgium", *10th Mediterranean Research Meeting*, Florença, 25-28 de Março de 2009.

CRUICKSHANK, Paul, ALI, Mohannad Hage, "Abu Musab Al-Suri: Architect of the New Al-Qaeda", *Studies in Conflict & Terrorism*, vol. 30, n.º 1, 2007, pp. 1-14.

HEGGHAMMER, Thomas, "Global Jihadism after the Iraq War", *Middle East Journal*, vol. 60, Nº 1, Inverno de 2006, pp. 11-32.

HEGGHAMMER, Thomas, BOKHARI, Laila, LIA, Brynjar, NESSER, Petter, *Paths to Global Jihad: Radicalisation and Recruitment to Terror Networks*, Proceedings from a FFI Seminar, Oslo, 15 de Março de 2006.

KNIGHTS, Michael, NEUMANN, Brooke, "A New Afghanistan? Exploring the Iraqi Jihadist Training Ground", *Jane's Intelligence Review*, 30 de Maio de 2006.

KNUDSEN, Are, *Political Islam in the Middle East*, Chr. Michelsen Institute, Bergen, Janeiro de 2003.

NESSER, Peter, "How did Europe's Global Jihadis Obtain Training for Their Militant Causes?", *Terrorism and Political Violence*, vol. 20, nº 2, 2008, pp. 234-256.

NESSER, Peter, *Jihad in Europe: Post-millennium patterns of jihadist terrorism in Western Europe*, Conference "The roots of Terrorism in Europe", Danish Security Intelligence Service, Copenhagen, 2 - 3 Maio de 2005.

NEUMANN, Peter R., "Europe's Jihadist Dilemma", *Survival*, vol. 42, nº 2, Verão de 2006, pp. 71-84.

VIDINO, Lorenzo, "The Muslim Brotherhood's Conquest of Europe", *Middle East Quarterly*, vol. XII, nº 1, Inverno de 2005 (<http://www.meforum.org/article/687>).

WIKTOROWICZ, Quintan, "Joining the Cause: Al-Muhajiroun and Radical Islam", *The Roots of the Islamic Radicalism*, Yale University, New Haven, 8-9 de Maio de 2004.

Documentos oficiais

AMGHAR, Samir, BOUBEKEUR, Amel, EMERSON, Michael (ed.), *European Islam: Challenges for Public Policy and Society*, Centre for European Policy Studies, Bruxelas, 2007.

Combating Terrorism Center, U.S. Military Academy, *Militant Ideology Atlas, Executive Report*, West Point, NY, November 2006.

CRS Report for Congress, *The Islamic Traditions of Wahhabism and Salafiyya*, Report RS21695, 17 de Janeiro de 2007.

CRS Report for Congress, *Islamist Extremism in Europe*, Report RS22211, 29 de Julho de 2005.

Hudson Institute, *Current Trends in Islamist Ideology*, vol. 4, Center on Islam, Democracy and the Future of Muslim World, Washington, D.C., 2006 (www.hudson.org.)

International Crisis Group, *Understanding Islamism*, Middle East and North Africa Briefing Nº 37, Cairo/ Bruxelas, 2 de Março de 2005 (www.crisisgroup.org).

Norwegian Defence Research Establishment (FFI), *Jihad in Europe – A Survey of the Motivations for Sunni Islamist Terrorism in Post-Millennium Europe*, Kjeller, 2004 (www.mil.no/felles/ffi/english/).

Rand Corporation, *The Muslim World After 9/11*, Santa Monica, CA, 2004 (www.rand.org).

Rand Corporation, *Beyond Al-Qaeda. Part 1. The Global Jihadist Movement*, Santa Mónica, CA, 2006 (www.rand.org).